



IMPrensa DE EDUCAÇÃO E ENSINO E DITADURA MILITAR NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE A REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA (1976-1979)¹

Bruno Duarte Rei
Sílvia Agatti Lüdorf

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar, entre 1976 e 1979, as tensões entre as concepções de Educação Física escolar expressas nas edições da Revista de Educação Física – publicação editada pela Escola de Educação Física do Exército – e nos documentos oficiais referentes ao ensino desse componente curricular. Ao longo de suas páginas, busca-se demonstrar que, mais do que uma porta-voz do regime ditatorial-militar brasileiro, a Revista de Educação Física (1976-1979) caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação de suas estratégias de conformação da Educação Física escolar.

PALAVRAS-CHAVE: História da Educação Física; Educação Física Escolar; Imprensa de Educação e Ensino; Ditadura Militar no Brasil.

I.

Este texto expõe, sucintamente, reflexões geradas pela pesquisa denominada Lutas de representações sobre o desenvolvimento de uma prática: a Educação Física escolar brasileira em revista (1976-1979), desenvolvida, entre 2011 e 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Objetivamos analisar, entre 1976 e 1979, as tensões entre as concepções de Educação Física escolar expressas nas edições da Revista de Educação Física – publicação editada pela Escola de Educação Física do Exército – e nos documentos oficiais referentes ao ensino desse componente curricular. O recorte temporal adotado justifica-se por três aspectos: (a) por contemplar o período em que se concentram os artigos mais densos sobre o tema fundamentos pedagógicos da Educação Física publicados na Revista de Educação Física (1964-1985); (b) por se inserir na fase de maior estabilidade do projeto editorial da Revista de Educação Física (1964-1985); e (c) por abarcar os anos de vigência da Política e do Plano Nacional de Educação Física e Desportos. A seguir, procuraremos demonstrar que, mais do que uma porta-voz do regime ditatorial-militar, a Revista de Educação Física (1976-1979)

¹ Esta pesquisa contou com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que disponibilizou uma bolsa de estudo relativa ao Programa de Demanda Social.

caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação de suas estratégias de conformação da Educação Física escolar.

II.

Entre 1976 e 1979, foi difundida uma nova concepção oficial de Educação Física escolar no Brasil, que se pautava nas orientações contidas na Política e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos. Ao fixar a ação do Ministério da Educação e Cultura na área de Educação Física e esportes, a Política Nacional de Educação Física e Desportos avaliou a possibilidade de se implantar duas doutrinas voltadas para o desenvolvimento desse setor: o Pragmatismo ou o Dogmatismo. Expressa na política em evidência, a seguinte passagem nos ajuda a compreender melhor o foco de tais doutrinas, bem como algumas de suas convergências e divergências:

podem ser sintetizadas em duas as doutrinas adotadas pelos países na condução de sua política de desportos: o Pragmatismo, que orienta o indivíduo para o resultado – a competição, e o Dogmatismo, que adota posição diversa, orientando a prática de Educação Física e desportos para fins educacionais.

Onde pode ser claramente observada a diferença entre as duas doutrinas é na Educação Física escolar, interpretada pelo Pragmatismo como iniciação desportiva, ao passo que o Dogmatismo estabelece apenas a educação do movimento, até cerca de dez anos. Entretanto, ambas as concepções convergem para a prática da Educação Física ou desporto de massa, derivando daí o desporto de alto nível, característica das competições nacionais e internacionais (BRASIL, 1976, p. 32).

A Política Nacional de Educação Física e Desportos assume que, levando em consideração as condições do universo brasileiro, a escolha pela doutrina pragmática seria a mais apropriada. No entanto, simultaneamente, reconhece que uma tendência mundial à adoção do Dogmatismo conduz à idealização de um modelo próprio de Pragmatismo, imune a confrontações (?). Esse modelo deveria explorar, para efeito imediato, algumas convergências entre a doutrina pragmática e dogmática e optar, a médio e longo prazo, por uma base estritamente dogmática. Em termos práticos, o padrão de Educação Física escolar idealizado na política em tela pode ser descrito da seguinte maneira:

a Educação Física estudantil tem início com a educação do movimento, na ênfase aos contatos com a natureza e em exercícios e jogos nos quais o ritmo, o esquema corporal, a organização tempo-espacial e a coordenação são essenciais. A iniciação desportiva começará depois da faixa etária dos dez anos – 5ª série do 1º grau –, quando haverá a orientação para as atividades de massa ou para a competição de alto nível dentro do setor escolar. Essas últimas alternativas deverão ser incentivadas de imediato, visando-se à geração de estímulos indiretos para as atividades físicas da educação formal, fechando, assim, o ciclo de motivação e mobilização da

população (BRASIL, 1976, p. 40).

Apesar do intento de se criar um arquétipo imune a confrontações, o modelo pragmático de Educação Física escolar estabelecido na Política Nacional de Educação Física e Desportos apenas incorpora, nas séries iniciais de escolarização, alguns fundamentos da doutrina dogmática. Aliás, o principal fator de distinção entre ambas as concepções não foi eliminado: o entendimento de que o objetivo final da Educação Física escolar seria fortalecer o esporte de alto rendimento nacional, tendo o esporte de massa como um intermediário – em outras palavras: a adesão à Teoria da Pirâmide Esportiva. Para ilustrar o que dissemos na frase anterior, vejamos a seguinte citação, contida na conclusão da política em debate:

Entende-se a Educação Física escolar como causa e o desporto de alto nível como efeito, tendo o desporto de massa como intermediário.
[...] Em termos de administração, é evidente que a maior parte dos investimentos deve ser orientada para a Educação Física escolar.
Tal opção, sobremaneira justificada ao nível técnico, poderá, todavia, sofrer dificuldades na implementação, por falta da orientação das pessoas e entidades envolvidas, ainda prioritariamente voltadas para o efeito, isto é, o desporto de alto nível. [...] Acresce que o desporto de massa cobre o hiato observado entre a Educação Física estudantil e o desporto de alto nível, por intermédio das grandes iniciativas de mobilização popular (BRASIL, 1976, p. 53-54).

O Plano Nacional de Educação Física e Desportos, como já era de se esperar, corroborou o modelo pragmático de Educação Física escolar expresso na Política Nacional de Educação Física e Desportos. Isso fica bem claro, por exemplo, no momento em que esse documento divulga orientações para possíveis tomadas de ações na área de Educação Física e esporte estudantil. De acordo com o plano em destaque, todas as medidas adotadas nesse setor deveriam levar sempre em consideração determinadas diretrizes estipuladas pelo governo ditatorial-militar. Diretrizes essas que podem ser classificadas como as de ordem qualitativa e as de ordem quantitativa:

Para a qualidade, serão adotadas as seguintes diretrizes:

- ênfase na melhoria dos padrões de Educação Física, sobretudo nas quatro últimas séries do 1º grau, no 2º grau e no ensino superior;
- para as quatro últimas séries do 1º grau, a atividade meio será a iniciação desportiva e, no 2º grau e no superior, será enfatizado o treinamento para as atividades gímnico-desportivas e o desporto competitivo.

São indicados os seguintes procedimentos para atingir os objetivos quantitativos:

- incluir, na programação, os alunos das quatro primeiras séries do 1º grau, destacando as atividades físicas relativas à educação do movimento e da postura;
- concentrar as ações inicialmente nas áreas urbanas, partindo, progressivamente, para outros núcleos populacionais (BRASIL, 1976, p. 65-66).

Além de reforçar a concepção pragmática de Educação Física escolar expressa na Política Nacional de Educação Física e Desportos, o Plano em questão delineou, simultaneamente, um conjunto de ações que buscavam garantir as condições objetivas necessárias para a implementação desse ideal. Para a área de Educação Física e esporte estudantil, foram criados dois projetos prioritários: Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino de 1º e 2º Graus e Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino Superior. O projeto Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino de 1º e 2º Graus tinha como objetivo:

promover a expansão da Educação Física nos 1º e 2º graus de ensino, atualizar currículos e programas, estimular a formação de recursos humanos, melhorar as instalações e equipamentos existentes, melhorar as condições de saúde e nutrição nas escolas, elaborar normas para a construção de material desportivo a preços acessíveis e colaborar na organização de competições (BRASIL, 1976, p. 75).

Já o projeto Expansão da Educação Física e Desportos no Ensino Superior visava:

promover a plena utilização da capacidade instalada dos equipamentos existentes; aperfeiçoar e expandir a rede de instalações através da alocação de recursos financeiros; estimular os universitários aptos a serem encaminhados ao desporto de alto nível; incentivar as pesquisas e a difusão de métodos e técnicas necessárias ao desenvolvimento do setor (BRASIL, 1976, p. 75).

Em resumo, a Política e o Plano Nacional de Educação Física e Desportos procuraram estabelecer os fundamentos e as condições objetivas necessárias para a implantação de um novo modelo de Educação Física escolar no Brasil. Tal arquétipo pode ser definido por três aspectos: pela adesão à Teoria da Pirâmide Esportiva, pelo uso de fundamentos do Dogmatismo nas séries iniciais de escolarização – notadamente, o trabalho focado no processo de desenvolvimento motor dos educandos; e pelo uso de fundamentos do Pragmatismo a partir do quinto ano de escolarização – notadamente, o trabalho focado na iniciação esportiva e no treinamento esportivo propriamente dito.

III.

Entre 1976 e 1979, há uma relação entre a publicação da Revista de Educação Física e a necessidade de se consolidar as orientações contidas na Política e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos. Tal conexão pode ser percebida nos editoriais divulgados durante esse recorte temporal, que explicitam, dentre outras coisas, um dos escopos centrais do periódico em proeminência: por em circulação conhecimentos que sirvam para impulsionar os novos estímulos governamentais direcionados para a área de Educação Física

e esportes.

Apesar do estabelecimento do objetivo supracitado, acreditamos na impossibilidade de se definir a Revista de Educação Física como uma mera propagadora das orientações oficiais para a Educação Física escolar. Nas edições analisadas, a maioria dos trabalhos que tratam do tema fundamentos pedagógicos da Educação Física apresenta pontos de vista contrários aos contidos na Política e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos: de um total de dezesseis artigos, sete – 43,75% – podem ser classificados como consonantes à concepção oficial de Educação Física escolar; em contrapartida, nove – 56,25% – podem ser categorizados como antagônicos.

As publicações que expressam visões alinhadas com as oficiais estão mais ou menos de acordo com o que proclama o Pragmatismo. Dentre esses trabalhos, merece destaque o publicado por Pereira (1979). Vejamos, a seguir, as conclusões estabelecidas por esse autor:

Nos fundamentos e diretrizes de nossa legislação esportiva – Política e Plano Nacional de Educação Física e Desportos – o governo brasileiro estabeleceu a doutrina PRAGMÁTICA e a gestão MISTA como orientadores e condutores de nosso sistema esportivo.

O primeiro – doutrina pragmática – realça a importância do resultado em nosso esporte, e o segundo – gestão mista – permite a convivência harmônica entre as iniciativas governamentais e as de cunho privado.

Neste trabalho, procuramos manter as propostas apresentadas o mais próximo possível destes dois orientadores. Sem podermos evitar o caráter de generalização em alguma delas, a doutrina PRAGMÁTICA e, em especial, a gestão MISTA, estão presentes em nossas propostas. Assim o fizemos por acreditar que a nossa legislação esportiva, em seu todo, é coerente com a nossa realidade política, social e econômica e possível de nos conduzir a uma posição de destaque a nível mundial (p. 21).

Entretanto, diz Pereira (1979):

em nossos dias o esporte de competição desenvolve-se a um ritmo crescente. E se desenvolve em razão de um dado incontestável: o esporte de competição e o seu produto, **o resultado**, é um fator de projeção nacional. [...] Acreditamos que nesse momento a principal componente e condutora de qualquer modelo esportivo, **a ação governamental**, deverá estar presente. Uma presença que em nosso país teria início no próprio campo da Educação Física, com uma opção favorável ao esporte de alto nível.

No amplo número de componentes deste campo, todos de validade inquestionável, é impossível uma ação governamental concreta e equilibrada. É necessário optar em qual delas a ação será prioritária. E a melhor opção é o esporte de alto nível.

[...] É ele que representa o início e o fim de todo o processo esportivo, através dos resultados dos grandes atletas e das grandes equipes. É ele que orienta o jovem para o esporte, para um maior número de praticantes e de adeptos, para uma maior divulgação e para o surgimento de iniciativas em auxílio às governamentais (p. 21, grifado no original).

Mesmo aderindo ao Pragmatismo, Pereira (1979) endereça críticas à organização do

sistema esportivo brasileiro. Dentre outros aspectos, é possível perceber que o autor se manifesta contra determinadas especificidades do modelo pragmático de Educação Física escolar – imune a confrontações (?) – elaborado pelo governo ditatorial-militar. Pereira (1979) acredita ser impossível delinear uma ação governamental que consiga conciliar, de um modo equilibrado e concreto, o Pragmatismo e o Dogmatismo – concebidos como duas doutrinas antagônicas. Dentro dessa perspectiva, o autor defende a adoção de um padrão de Educação Física escolar estritamente pragmático, isso é: sem a incorporação de fundamentos dogmáticos e fortemente comprometido com o desenvolvimento do esporte de alto nível.

Pereira (1979) não é o único autor que, dentro de um viés pragmático, desenvolve críticas a questões relativas à configuração da Educação Física escolar no Brasil. Como exemplo, podemos destacar as considerações feitas por Perez, Rose Jr. & Bonjardim (1979):

A aplicação da atividade física, em nosso meio, se processa quase sempre sem qualquer planejamento.

A responsabilidade da elaboração de um programa de iniciação esportiva para crianças e adolescentes, em geral, é atribuída ao professor de Educação Física, muitas vezes inexperiente e – o que é mais importante – sem qualquer retaguarda quanto a material, local e até horário indispensável para o bom aproveitamento dos escolares.

A situação se agrava ainda mais se considerarmos o aspecto de competições, onde as equipes colegiais, em geral, são formadas às vésperas dos torneios, com as crianças partindo para a disputa sem qualquer orientação quanto a repouso, alimentação, treinamento e até mesmo quanto à atitude perante um adversário (p. 22).

Todavia, ponderam os autores:

podemos concluir que, embora o preparo de equipes colegiais para competições interescolares seja precário na maioria das cidades brasileiras, as condições observadas em uma cidade em grande desenvolvimento industrial revelam que esquemas de “esporte para a comunidade” já começam a ser desenvolvidos. Assim, nesse levantamento, podemos dizer que, em termos de treinamento esportivo, dentro da nossa realidade, os escolares foram, em geral, bem preparados, embora ainda ocorressem muitos equívocos nas formas básicas do treinamento [...].

Por outro lado, não se registrou a menor atenção do professor em orientar os alunos quanto à alimentação, em termos de horário e ritmo.

Assim, concluimos que o preparo das equipes interescolares está em geral em baixos níveis, embora já se observe, em áreas mais desenvolvidas do país, a influência positiva de um “plano de esportes” voltado para a comunidade (p. 23).

Apesar das críticas contidas nos trabalhos supracitados, acreditamos que eles não podem ser classificados como antagônicos ao padrão oficial de Educação Física escolar. Parece-nos que, em ambos os artigos, seus autores estão mais preocupados em aperfeiçoar o modelo estabelecido para o componente curricular em debate do que propor algo que vá de

encontro ao seu fundamento central: o entendimento de que a Educação Física escolar é a base do sistema esportivo nacional – e, conseqüentemente, um espaço privilegiado para o desenvolvimento da iniciação, do treinamento e da detecção de talentos esportivos.

De fato, a concepção de que a Educação Física escolar é o alicerce do sistema esportivo nacional está muito arraigada nos artigos que expressam visões consonantes com as propagadas pelo regime-ditatorial militar. Em muitos casos, esse componente curricular chega a ser tratado como sinônimo de treinamento esportivo:

No Brasil, o fato dos clubes se constituírem indevidamente na “célula mater” do esporte de elite obriga os técnicos a tornarem-se verdadeiramente engenhosos na aplicação de formas de treinamento, uma vez que não existiu tempo hábil para que se processe um trabalho metódico, racional e sistematizado, quando várias são as categorias de jovens a treinar no mesmo espaço físico e dentro de uma mesma agremiação atlética.

Em virtude disso nos propomos a apresentar uma forma de trabalho motivante que possa ser ministrada tanto em agremiações atléticas como em estabelecimentos de ensino, principalmente no 2º grau.

Este treinamento em circuito se consagrou com a Seleção Brasileira de Voleibol, quando da realização dos XXI Jogos Olímpicos de Montreal, e continua sendo ministrado à atual equipe brasileira com pequenas modificações (ROCHA, 1979, p. 69).

O plano de trabalho expresso em Rocha (1979) foi feito para ser aplicado em estabelecimentos de ensino ou em agremiações atléticas. Para esse autor, o treinamento esportivo é uma prática digna de ser desenvolvida tanto nos espaços escolares – mais precisamente, nas aulas de Educação Física – quanto nos espaços clubísticos. Aliás, o principal argumento que legitima a sua proposta é o uso bem sucedido do Treinamento em Circuito pela Seleção Brasileira de Voleibol nos XXI Jogos Olímpicos de Montreal, ou seja: não é o êxito em uma experiência escolar que fundamenta a importância do seu plano de trabalho – e sim o sucesso alcançado em uma competição esportiva.

Wortmann (1978) também expõe uma proposta que visa contribuir para a formação de atletas de alto rendimento através da prática da Educação Física escolar:

Para se formar um atleta de alto nível, seja de que modalidade for, é necessária uma formação bem conduzida, seguindo-se as etapas definidas e diretamente relacionadas à faixa etária, ao potencial de cada indivíduo e ao grau de assimilação do mesmo. Para tal, há necessidade de um trabalho metodizado e, muito mais que isso, um tempo bastante grande para ser possível o desenvolvimento e a conquista de performances de alto nível.

[...] Como denominador comum de qualquer programa, seja para qual for a modalidade desportiva, vamos encontrar sempre a ginástica e o atletismo.

Face à importância que o atletismo tem, e visto que esta modalidade não tem qualquer significado para a maioria de nossos dirigentes e professores de Educação Física, é que será apresentado este trabalho.

É necessário que o Brasil inteiro comece a praticar atletismo, a fim de que os resultados dos outros desportos possam evoluir (p. 58).

A proposta de Wortmann (1978) é parecida com a de Rocha (1979). Em termos gerais, o único aspecto que as diferenciam é que, ao invés de focar em uma modalidade específica, Wortmann (1978) apresenta um plano de trabalho que contém uma pretensão mais abrangente: chamar a atenção para a relevância da inclusão de um programa de atletismo no planejamento das aulas de Educação Física. Programa esse que é entendido como um elemento fundamental para a formação de atletas de qualquer modalidade esportiva. Apesar de suas diferenças, observamos que há, nesses dois artigos, um alinhamento com o Pragmatismo. É possível perceber claramente que tanto Wortmann (1978) quanto Rocha (1979) entendem que o componente curricular em debate não tem como objetivo principal a formação integral dos educandos – fundamento central do Dogmatismo. Para esses autores, bem como para os demais que se alinham com a concepção oficial, o escopo basilar da Educação Física escolar é a formação de atletas de alto rendimento – tal como reza a doutrina pragmática.

Os artigos que apresentam visões contrárias às oficiais estão mais ou menos alinhados com o que proclama o Dogmatismo. Em grande parte dessas publicações uma característica nos chamou a atenção: as críticas endereçadas às ações governamentais tomadas na área de Educação Física e esportes. A título de exemplo, vejamos a seguinte passagem, expressa no artigo assinado por Tubino (1976):

Na perspectiva internacional da Educação Física, qualquer tentativa de justaposição à realidade brasileira, dentro de uma observação das mais preliminares, estaria correndo o perigo de uma total inexecutabilidade. Por exemplo, a adoção da orientação pragmática em regiões de pouco desenvolvimento sócio-econômico seria investir sem receber resultados. O nosso ponto de vista de educador não aceita, mesmo em “pólos de excelência” (São Paulo, por exemplo), a implantação pura e simples de um movimento desportivo (orientação pragmática) sem uma implementação paralela de uma Educação Física com todas as suas manifestações de componente educacional (p. 10).

Dentro dessa perspectiva, o autor avança com seus argumentos:

Nos últimos tempos, temos sido testemunhas de muitos fatos essencialmente pragmatistas e de poucas manifestações dogmatistas. O intercâmbio cultural Brasil-Alemanha de Educação Física, a campanha de São Paulo “Adote um Atleta”, os projetos de criação de Ministério dos Esportes e Batalhão Desportivo, etc..., fortalecem a nossa afirmação de que ainda não existe um posicionamento ideal no Brasil para a criação de uma concepção adequada da Educação Física.

Mas como o governo brasileiro mais do que nunca está visivelmente interessado em enfrentar os problemas da Educação Física nacional, as nossas esperanças estão reativadas para dias melhores (p. 10).

Os fragmentos em evidência reforçam a afirmação de que a Revista de Educação Física (1976-1979) não era um impresso monolítico. Com efeito, esse periódico tratava-se de um espaço aberto para a exposição e o debate de ideias. Ideias essas que, no que diz respeito ao tema fundamentos pedagógicos da Educação Física, na maioria dos casos manifestavam posições antagônicas às defendidas pelo regime ditatorial-militar. Se em Tubino (1976) observamos uma análise mais geral das ações oficiais tomadas na área de Educação Física e esporte, em outras publicações percebemos apreciações mais específicas. A próxima citação, trecho de um artigo publicado por Ramos (1979), tece considerações sobre a Teoria da Pirâmide Esportiva – fundamento central da concepção de Educação Física escolar (imune a confrontações?) defendida na Política e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos:

A célebre teoria da pirâmide [esportiva], um tanto duvidosa e falsa em face da realidade dos fatos, deve ser analisada com inteligência. Melhor seria a representação por blocos superpostos. Na verdade, um grande campeão não resulta, progressivamente, da seleção oriunda do desporto escolar e de massa, embora neles possa ser descoberto.

[...] Na escola, desde o Jardim de Infância até a Universidade, caberá ao professor de Educação Física a ação principal na formação da juventude, havendo perigo se ela for concebida, unicamente, em função de altos rendimentos, com prejuízo para a maioria dos praticantes.

No nível universitário mundial, ao contrário do que muitos pensam, é quase inexistente a obrigatoriedade da Educação Física. Somos favoráveis que sua prática seja facultativa, mas que nas Universidades devam existir ótimas instalações e um quadro de professores e técnicos bem qualificados para realização de qualquer atividade física, humanitária ou de alto nível (p. 12).

Defendo uma concepção dogmática de Educação Física escolar, conclui Ramos (1979):

Nos dias vindouros, em virtude das dimensões políticas do fenômeno desportivo, continuará a luta pelas duas linhas de ação: Educação Física humanista e prática desportiva agonística. Elas representam a luta do humanismo contra o treinamento exagerado, do desenvolvimento físico racional contra a alta especialização desportiva, da doutrina contra o pragmatismo, da tradição pedagógica contra a busca de recordes, da filosofia do essencialismo contra o existencialismo, do desporto-jogo contra o de alta-competição. Por determinismo social, ambas as linhas subsistirão, não adiantando uma querer anular a outra. Os seus campos já se encontram perfeitamente definidos.

[...] O desporto agonístico ou pragmático, baseado no esforço máximo e de superação, continuará na sua rota em busca de recordes e vitórias a qualquer preço, mas acreditamos que os verdadeiros educadores, intimamente ligados pelos princípios pedagógicos essenciais, saberão impor, em todos os países, uma Educação Física racional, harmoniosa e útil, estruturada para ser posta verdadeiramente a serviço do homem e da sociedade (p. 12-13).

Além de demonstrar que a Revista de Educação Física (1976-1979) era um veículo aberto para a divulgação de idéias plurais, as citações referentes aos textos de Tubino (1976) e

Ramos (1970) nos ajudam a compreender a principal preocupação dos defensores da doutrina dogmática: a transformação da Educação Física escolar em um espaço destinado, exclusivamente, a iniciação, ao treinamento e a detecção de talentos esportivos. Para os adeptos a essa orientação, as iniciativas oficiais estavam ofuscando as dimensões educativas da Educação Física escolar. Em seu lugar, valorizava-se um conjunto de aspectos concebidos como ideais que desqualificavam as potencialidades educacionais desse componente curricular: a competição exacerbada, a alta especialização esportiva, a busca da vitória a qualquer preço, a exclusão dos alunos menos aptos e etc. Cabe ressaltarmos que os autores alinhados com o Dogmatismo não condenavam o uso do esporte para o alcance de finalidades educacionais, muito pelo contrário. O que estava em questão era a submissão das aulas de Educação Física aos códigos do esporte de alto rendimento.

Também observamos na Revista de Educação Física (1976-1979) publicações que, embora não fizessem críticas diretas às iniciativas oficiais, difundiam visões sobre a Educação Física escolar que podem ser consideradas como antagônicas às estabelecidas pelo governo ditatorial-militar. Vejamos, por exemplo, o seguinte fragmento, contido no artigo escrito por Sauwen (1976):

O homem deve ser educado para o lazer desde a infância, e a recreação é uma das mais eficientes aliadas a serviço da educação, oferecendo oportunidades de experiências enriquecedoras, tendo em vista à formação de atitudes e a integração positiva à vida.

[...] É realmente necessário educar a criança para o lazer, mais é tão ou mais importante mantê-la por toda a vida consciente de suas necessidades básicas, buscando, através da recreação, a liberação do automatismo ativo e reflexivo do cotidiano e o enriquecimento individual, grupal e comunitário.

Em recreação, consideramos que a participação se sobrepõe ao desempenho ou **performance**, o que vem derrubar todos os **muros** da autocrítica, inibição ou medo de não produzir o esperado (p. 46, grifado no original).

A passagem em destaque expressa uma visão que vai de encontro às orientações difundidas na Política e no Plano Nacional de Educação Física e Desportos. Sauwen (1976) desenvolve formulações que, dentre outros aspectos, preconizam a recreação como uma ferramenta educacional de grande valia para a Educação Física escolar. Para a autora, a relevância da recreação não está atrelada às suas possíveis contribuições para a iniciação, o treinamento e a detecção de talentos esportivos. Sauwen (1979) está, de fato, preocupada com a importância dessa ferramenta educacional para o processo de formação integral dos educandos. Aliás, cabe sublinharmos que a autora demonstra um desprezo pelo trabalho voltado para a obtenção de performances de alto rendimento – considerado uma possibilidade que cria barreiras simbólicas que impedem a participação efetiva dos alunos menos aptos.

Ainda no que diz respeito aos trabalhos que defendem concepções antagônicas às estabelecidas pelo governo ditatorial-militar, outro exemplo digno de nota é a próxima citação, que integra o artigo publicado por Duarte (1977):

o objetivo maior da educação [é] o de dotar o homem de instrumentos capazes de impulsionar as transformações materiais e espirituais ocorridas na sociedade e, desde que a educação aumenta o poder do homem sobre a natureza, a Educação Física e os esportes são um componente da educação, porque visam à educação através do físico, pelo físico. Os gregos, há dois mil anos, cultivam a beleza física, a harmonia do corpo, o “Praxiteles”, cuja escultura nos foi legada. Os instrumentos da educação grega eram a música ou a cultura literária ou artística para o espírito e a ginástica para o corpo. Já então, filósofos como Platão, pregavam a perfeição da mente pelo aperfeiçoamento do corpo, por causa da interdependência existente entre ambas, pelo fato de que ambas as culturas afetavam o caráter (p. 78).

O fragmento em destaque compõe um trabalho que se preocupa em descrever o processo de desenvolvimento histórico da Educação Física e do esporte. Todavia, mesmo não sendo o objetivo de seu autor discutir especificamente questões relativas à configuração da Educação Física escolar, há embutido no texto em questão um apreço pelo Dogmatismo. Como bem define Tubino (1976), a distinção entre o Pragmatismo e o Dogmatismo é bastante clara: a primeira doutrina estrutura a Educação Física escolar tendo como objetivo final a medalha olímpica; e a segunda, apesar de não abrir mão de incluir o esporte como conteúdo da Educação Física escolar, a estrutura tendo como objetivo final contribuir para o alcance da educação integral dos educandos. Diante desse quadro, o posicionamento de Duarte (1977), assim como o dos autores que se alinham com a doutrina dogmática, é notório: para esses articulistas, a Educação Física escolar não se trata de uma prática pedagógica comprometida com a formação de atletas de alto rendimento – e sim com a formação integral dos escolares.

IV.

Os exemplos apresentados na seção anterior nos ajudam a compreender que estudar as edições da Revista de Educação Física (1976-1979) não significa apreciar exclusivamente a política do regime ditatorial-militar formulada para a Educação Física escolar. Mais do que isso, tal empreendimento caracteriza-se como uma experiência de análise de lutas de representações (CHARTIER, 1988, p. 13-28) travadas a fim de se conformar e/ou legitimar práticas exemplares daquilo que seus articulistas concebiam como Educação Física escolar.

Diante de duas orientações concorrendo em relação à construção de uma cultura escolar (JULIA, 2001, p. 9-43) para a Educação Física, o governo ditatorial-militar tomou a sua posição: desenvolveu um arquétipo híbrido, que mesclava fundamentos da doutrina

pragmática e da doutrina dogmática. No entanto, conforme se pode verificar, o modelo em questão não conseguiu eliminar o principal ponto de conflito entre o Pragmatismo e o Dogmatismo: a adesão à Teoria da Pirâmide Esportiva.

Nesse contexto, a Revista de Educação Física (1976-1979) se assume como um projeto editorial que se propunha a por em circulação conhecimentos úteis para impulsionar os novos estímulos governamentais direcionados para a área de Educação Física e esportes. Entretanto, juntamente com o ideário oficial, esse impresso também divulgava concepções antagônicas acerca desse componente curricular. Aliás, a maioria das publicações que abordavam questões relativas à Educação Física escolar apresenta pontos de vista contrários aos definidos pelo regime ditatorial-militar.

Em vista disso, nos parece ser possível afirmar que a Revista de Educação Física (1976-1979), mais do que uma porta-voz do governo ditatorial-militar, caracterizou-se, potencialmente, como um elemento dificultador da implementação de suas estratégias de conformação da Educação Física escolar. Acreditamos que, ao por em circulação percepções alternativas acerca do componente curricular em destaque, esse impresso gerou, contraditoriamente, condições para que os profissionais da área pudessem se apropriar de fundamentos distintos dos contidos no modelo oficial de Educação Física escolar.

Definir o periódico em tela como um potencial elemento dificultador das estratégias oficiais de conformação da Educação Física escolar não significa dizer que ele efetivamente cumpriu com essa função. Para fazermos tal afirmação seria necessário examinarmos questões relacionadas com o processo de recepção/apropriação (CHARTIER, 1999, p. 7-10) do conteúdo veiculado nesse impresso. Afinal, em que medida os professores que atuaram no período em evidência tiveram acesso às edições da Revista de Educação Física? Dos que tiveram: quais apropriações fizeram das representações difundidas por esse periódico? Poderíamos afirmar que essa publicação exerceu algum tipo de influência na prática pedagógica cotidiana desses docentes?

Em suma, são essas as questões pretendemos desvendar em nossas próximas análises.

EDUCATION AND TEACHING PRESS AND BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP: A STUDY ON THE “REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA” (1976-1979)

ABSTRACT

This work analyzes, from 1976 to 1979, the differences in conceptions of school Physical Education expressed in the issues of the magazine known as “Revista de Educação Física” –

a publication edited by the Physical Education School of the Brazilian Army – and in official documents that referred to this curricular component. Throughout its pages, we seek to demonstrate that, more than being just a vehicle for the military dictatorial regime’s voice, the “Revista de Educação Física” (1976-1979) is characterized, potentially, as an element which added difficulties to the implementation of governmental strategies in compliance to official policies of Physical Education.

KEYWORDS: History of Physical Education; School Physical Education; Education and Teaching Press; Brazilian Military Dictatorship.

PRENSA ESPECIALIZADA EN EDUCACIÓN Y ENSEÑANZA Y DICTADURA
MILITAR BRASILEÑA: UN ESTUDIO SOBRE LA “REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA”
(1976-1979)

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo analizar, entre 1976 y 1979, las tensiones entre las concepciones de la Educación Física escolar divulgadas en las ediciones de la “Revista de Educación Física” – publicación editada por la Escuela de Educación Física del Ejército Brasileño – y en los documentos oficiales relacionados con la enseñanza de este componente curricular. A lo largo de sus páginas, tratamos de demostrar que, más que una portavoz de la dictadura militar brasileña, la “Revista de Educación Física” (1976-1979) se caracterizó, potencialmente, como un elemento dificultador de la implementación de sus estrategias de conformación de la Educación Física escolar.

PALABRAS CLAVES: Historia de la Educación Física; Educación Física Escolar; Prensa Especializada en Educación y Enseñanza; Dictadura Militar Brasileña.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 6.251/75. Política Nacional de Educação Física e Desportos. Plano Nacional de Educação Física e Desportos*. 1. ed. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1976.

CHARTIER, R. *A História Cultural: entre práticas e representações*. 1. ed. Lisboa: Difel, 1988.

_____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Brasília: EUB, 1999.

DUARTE, C. E. Educação Física e desportos. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 104, p. 78-80, 1978.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n.1, p. 9-43, 2001.

PEREIRA, R. B. Esporte amador: a busca de bons resultados. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 107, p. 17-21, 1979.

PEREZ, S. M; ROSE JÚNIOR, D; BONJADIM, E. Condições de preparo de equipes colegiais para competições interescolares. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 106, p. 22-28, 1979.

RAMOS, J. J. Os exercícios físicos no tempo e no espaço (parte I). *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 106, p. 15-20, 1979.

- ROCHA, P. S. O. Treinamento em circuito racionalizado para o voleibol. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 107, p. 69-72, 1979.
- SAUWEN, I. A importância da recreação no mundo atual. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 100, p. 46, 1976.
- TUBINO, M. J. G. Educação Física: meio ou fim. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 100, p. 8-10, 1976.
- WORTMANN, P. R. O atletismo na preparação desportiva. *Revista de Educação Física*, Rio de Janeiro, n. 105, p. 58-62, 1978.